

Os pressupostos teóricos e a proposta curricular da EJA no ENADE

Letícia Vitória Fortunata Queirós

A presença da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como conteúdo na prova do ENADE evidencia o reconhecimento crescente dessa modalidade como parte estruturante das políticas educacionais brasileiras. Ao incluir questões relacionadas à EJA, o exame ultrapassa a função de avaliar competências básicas dos estudantes de licenciatura e passa a desempenhar um papel estratégico: o de induzir mudanças curriculares, provocar reflexões institucionais e fortalecer a formação de professores para um campo historicamente marcado pela marginalização. Assim, o ENADE consolida a EJA como área de conhecimento legítima, com fundamentos próprios e demandas formativas específicas.

A abordagem da EJA no ENADE contempla uma ampla gama de temáticas que atravessam desde a legislação e as diretrizes curriculares até metodologias de ensino e práticas avaliativas coerentes com o perfil dos educandos. Ao cobrar conteúdos ligados à alfabetização de adultos, à educação ao longo da vida, à diversidade cultural, à interdisciplinaridade e à inclusão social, o exame reforça que a EJA exige muito mais do que a simples transposição de conteúdos do ensino regular. Ela demanda uma compreensão profunda das singularidades dos sujeitos que chegam à escola com trajetórias educacionais interrompidas, saberes construídos na experiência laboral e expectativas distintas em relação ao processo de escolarização.

Esse movimento do ENADE também atua como um mecanismo de responsabilização institucional. Ao incorporar a EJA nos itens avaliativos, o exame pressiona as instituições formadoras a garantirem que tal temática não ocupe um lugar periférico nos cursos de licenciatura. Em muitas universidades, a EJA ainda aparece de maneira fragmentada ou limitada a disciplinas optativas, o que compromete a formação de educadores capazes de atuar com excelência nessa modalidade. A partir das exigências do ENADE, as instituições são estimuladas a revisar seus currículos, ampliar debates teóricos, desenvolver pesquisas e ofertar estágios e práticas que aproximem os alunos da realidade concreta da EJA.

Além disso, quando o ENADE leva a EJA para seu escopo de avaliação, ele contribui para ampliar o debate público sobre o direito à educação ao longo da vida. Em um país marcado por desigualdades sociais e altos índices de evasão escolar, a EJA se torna uma política essencial para reparar injustiças históricas e promover o acesso tardio à escolarização. A avaliação nacional, ao contemplar esse conteúdo, reforça a responsabilidade social da formação docente, exigindo dos futuros professores uma postura ética, crítica e comprometida com a garantia desse direito.

Outro ponto importante é que a abordagem da EJA no ENADE influencia diretamente a produção de conhecimento. A partir da visibilidade conferida pelo exame, cresce o interesse de estudantes e pesquisadores por investigarem práticas pedagógicas inovadoras, formas de alfabetização de adultos, políticas de permanência, tecnologias educacionais voltadas a esse público e estratégias de ensino que dialoguem com a diversidade cultural e geracional presente na modalidade. Isso contribui para o fortalecimento do campo acadêmico da EJA, ampliando sua relevância dentro da educação superior.

Por fim, a presença da EJA como conteúdo no ENADE reafirma a necessidade de uma formação docente que vá além da dimensão técnica e alcance uma perspectiva humanizadora e emancipatória. Ensinar jovens, adultos e idosos não se limita ao domínio de conteúdos: exige escuta atenta, análise crítica das condições sociais dos sujeitos, compreensão de seus percursos e a construção de uma prática pedagógica que reconheça o valor de suas experiências e saberes. Ao exigir que esses aspectos sejam reconhecidos e analisados no exame, o ENADE contribui para formar professores mais preparados, conscientes e socialmente comprometidos.

Assim, a abordagem da EJA como conteúdo na prova do ENADE não apenas qualifica o processo avaliativo, mas fortalece a modalidade enquanto política pública, área de investigação acadêmica e campo profissional indispensável para a promoção da justiça social e da educação inclusiva no Brasil.